



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007620-12.2014.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Obrigações**
 Requerente: **João Luiz de Oliveira Comércio de Roupas ME**
 Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

JOÃO LUIZ DE OLIVEIRA COMÉRCIO DE ROUPAS ME ajuíza a presente ação de procedimento ordinário em face de **TELEFÔNICA/VIVO S.A.** .

Alega, em síntese, que adquiriu da ré os seguintes produtos: 01 aparelho telefônico da marca Motorola; 02 aparelhos telefônicos da marca Samsung e 03 cartões SIM CARD, conforme especificações na notas fiscais anexas. Com efeito, o pagamento passou a ser descontado por meio de parcelas em sua conta de telefone, porém os produtos nunca lhe foram entregues. Pleiteia a entrega dos bens e os demais pedidos de estilo.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 13/24.

A ré, devidamente citada (fl. 45), ofertou resposta na forma de contestação (fls. 46/70). Alegou que não deve ser invertido o ônus da prova; que a cobrança é legal; que os produtos foram adquiridos virtualmente e que cumpriu com suas obrigações.

Réplica às fls. 76/79, consignando que as imagens expostas pela ré não comprovam a entrega do produto.

Tentada a conciliação, não se logrou êxito (fl. 84). Na ocasião, o MM Juiz determinou que a autora exibisse a cobrança das tarifas de uso telefônico, bem como antecipou a tutela jurisdicional, determinando que a ré entregasse à autora todos os produtos, sob pena de multa diária de R\$ 100,00.

Sobre a antecipação de tutela, a ré comunicou a interposição de agravo de

1007620-12.2014.8.26.0566 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

instrumento (fls. 87/100).

Às fls. 103/117, o autor juntou as cobranças do uso do telefone e informou que ainda não recebera os produtos.

O agravo foi parcialmente provido (fls. 123/134), apenas para fixar o valor máximo das *astreintes* em R\$ 6.000,00.

A ré informou ser impossível o cumprimento integral da obrigação imposta, pois os aparelhos telefônicos não existem mais em seu estoque (fls. 148/151), pedindo a conversão em perdas e danos, com o que concordou o autor (fl. 156).

É o relatório.

Decido.

O feito comporta julgamento antecipado, prescindindo-se de outras provas ou diligências, nos termos do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.

Trata-se de demanda em que se almeja a tutela específica de compelir a ré a entregar os produtos que ela alienou à autora (fls.15/20), a saber: 01 aparelho telefônico de marca motorola, modelo XT1032, Smart PPB/PI760/01 ; 02 aparelhos telefônicos de marca Samsung, Modelo GT-S5310 Smart PRTA PPB/PI107/04 e 03 SIM Card 4G 128Kb Micro P39 SP.

Inicialmente, inegável que a relação entre as partes é tipicamente de consumo.

Assim, de rigor, a inversão do ônus da prova a que alude o artigo 6º, VIII, do CDC, ante a hipossuficiência da autora, de tal forma que caberia à requerida demonstrar a correta entrega dos produtos, o que viria a elidir as alegações.

Não o fez, limitando-se a juntar *print* de tela em que simplesmente afirma que a entrega foi realizada (fls. 47/50).

A autora, por sua vez, demonstrou que realizou a compra (fls. 15/20) e que ela vem sendo descontada de sua conta telefônica, mediante parcelas de R\$ 63,00 (fls. 21 e 103/114).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Assim, não se pode compactuar com o enriquecimento sem causa, uma vez que a autora está arcando com as despesas da compra, sem receber os produtos.

Além disso, o sinalagma é traço presente nos contratos bilaterais, como no caso, obrigando que o cumprimento da obrigação de uma das partes (o pagamento correto por parte da autora), cause a contraprestação a que a outra parte se obrigou (a entrega dos produtos adquiridos).

O dever da entrega dos produtos pela ré é claro e não foi cumprido até o momento, tampouco apresentada qualquer justificativa plausível para tanto.

Não resta outra saída se não a procedência.

Entretanto, não se olvida ainda que a ré informou nos autos sobre a impossibilidade da entrega dos produtos (fl. 139), tutela específica almejada inicialmente. Ante a concordância da autora (fls. 10 e 155), e com fundamento no artigo 461, §1º, do Código de Processo Civil, de bom alvitre a conversão em perdas e danos, restituindo-se à autora o valor gasto, devidamente corrigido.

Não obstante, persiste a multa fixada à fl. 84, limitada à fl. 135, por AI.

A requerida tinha a obrigação de demonstrar eventual impedimento para cumprir o que foi determinado à época, e não o fez, resumindo-se a alegar sem nada comprovar. Tanto isso é verdade que recorreu da decisão e mesmo assim não a cumpriu, saltando aos olhos a sua desídia.

A mera alegação de não possuir os produtos em estoque, sem provas, se aceita, levaria ao absurdo de permitir à parte o descumprimento de todas as determinações judiciais semelhantes, o que não se admite.

Sendo impossível o cumprimento, a requerida deveria ter devolvido imediatamente a quantia e, se não o fez, deve arcar com a sua desídia.

Quanto ao cartões "SIM CARD", embora fosse plenamente possível a entrega à autora, não ensejam por si só a aplicação da multa, pois sem os aparelhos telefônicos não teriam utilidade, ou ela seria bastante reduzida.

Diante do exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, para extinguir o feito com resolução do mérito, com fundamento no artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, tornando a tutela antecipada em definitiva, mas a convertendo em perdas e danos, condenando a requerida a pagar à autora o valor de R\$ 1.512,00, corrigido monetariamente pela Tabela do TJ/SP desde a data da compra, e com juros de 1% ao mês desde a citação, além da multa de R\$6.000,00, por descumprimento de determinação anterior, quantia esta corrigida monetariamente, com juros de mora da data da publicação desta sentença.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Sucumbente, arcará a ré com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 20% sobre o valor da condenação.

Oportunamente, archive-se.

PRI.

São Carlos, 09 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**